

SERVIÇO PÚBLICO

Futuro da RTP é incerto mas sempre digital

RTP dedicou o dia de ontem à discussão sobre o que deve ser a sua missão de serviço público. Mantém-se o cenário de muitas perguntas e poucas respostas

Maria Lopes

Estar em todo o lado, para todos e a toda a hora. Esta é a orientação para o futuro do serviço público de rádio e televisão que a RTP deve prosseguir, aconselharam ontem os especialistas da britânica BBC e da União Europeia de Radiodifusão que a estação pública trouxe a Lisboa para a conferência do Dia do Serviço Público. E não é já isto que a RTP faz ao ter oito canais de televisão, outros tantos de rádio, e um site? Sim e não, ouviu-se também de várias vozes portuguesas da conferência “Serviço público de media em Portugal: um novo paradigma”.

O primeiro passo parece estar dado: a própria empresa passou a assumir o conceito media em vez de se restringir a falar de serviço público de rádio e televisão. Porém, a discussão sobre o que deve ser o serviço público tem sido matéria amplamente discutida, mas é possível que não tenha sido orientada no sentido correcto, defendeu o consultor da BBC Tim Suter, que apontou o caminho para o novo paradigma para o serviço público de media, com diversas componentes.

É preciso repensar o papel, a razão de ser e as competências do ser-

viço público (incluindo as audiências a que quer chegar). Será preciso lançar novos serviços e isso custará dinheiro, avisa Suter, que prefere pensar que valerá a pena o esforço. A segunda área a mexer é o governo das empresas de serviço público de media, “elevando a independência - uma batalha que nunca está terminada - e fazendo a distinção entre a parte editorial e a da gestão”. E a terceira é a do financiamento, que deve ser estável (do ponto de vista do valor), flexível (com regras que permitam à empresa orientá-lo para seguir as necessidades das audiências), confiável (deve privilegiar a qualidade dos conteúdos e a diferenciação) e moderno (para liderar ou antecipar as mudanças na tecnologia).

O primeiro passo é o serviço público “reconhecer que é preciso mudar” - e no caso da RTP têm-se sucedido episódios de resistência a esta mudança. Tim Suter avisa que se a empresa não estiver interessada em mudar, “os governos vão mudá-los a partir de fora” - e é isso que, em grande parte, tem acontecido com a RTP.

A questão da diferenciação apontada por Tim Suter foi agarrada pelo presidente Alberto da Ponte para defender que a RTP tem que ser um “operador de excelência e indispen-

sável para os vários públicos”, tem que “estar mais próximo dos cidadãos que qualquer outro”, e “fazer a diferença” seguindo a vanguarda da tecnologia e sendo o “guardião da portugalidade”.

A “portugalidade”

Dentro do país a RTP tem que ser o garante de “coesão e integração nacional, dirigindo-se a todos, sem excepção” - por isso tem que oferecer serviços temáticos diversificados gratuitamente na TDT que é o meio de acesso exclusivo de 30% da população, defendeu Alberto da Ponte. A RTP tem também de fazer a diferença “transformando-se e redimensionando-se”, realçou o gestor, lembrando que a empresa terá que viver maioritariamente com o dinheiro dos cidadãos. A reestruturação em curso terá, por isso, que continuar: “O reajustamento da RTP é necessário e tem que ir para a frente”, vincou, lembrando que se a empresa tem pouco mais de 200 milhões de euros de receitas, os seus custos terão que ser iguais ou, idealmente, inferiores para poder investir em inovação.

“Temos que aspirar a ser simplesmente o melhor. Se não o fizermos, então teremos perdido a guerra. Temos que colocar a fasquia alta, e é isso que a administração pede a

todos”, defendeu Alberto da Ponte. Que disse preocupar-se com as audiências porque “quem não é relevante, morre”.

Quem abordou a “portugalidade” tão cara a Alberto da Ponte foi depois o secretário de Estado adjunto do ministro da tutela. Pedro Lomba defendeu a necessidade de uma reestruturação profunda dos canais internacionais, que está a ser pensada e definida pelo grupo de trabalho que funciona junto do ministro. A presença internacional da RTP não passa só pela TV e pela rádio, mas também muito pela internet porque o digital é a chave para a discussão do futuro do serviço público. Para isso, Pedro Lomba antevê um portal lusófono que junte conteúdos que podem ser adaptados em função da região a que se destinam. “Outra dimensão importante passaria por complementar a produção de conteúdos num sector de vendas, de concepção e distribuição de produtos nacionais, e filmes, não só da RTP”, acrescentou, realçando a perspectiva da exportação de conteúdos. “o digital oferece um infindável contexto de oportunidades.” Porém, o governante admite que o financiamento para tudo isto não está ainda definido.

A tutela está a ultimar a proposta de contrato de concessão e deverá

também tornar públicos os estatutos da estação pública dentro de duas semanas, disse no final da conferência o ministro Miguel Poiães Maduro, repetindo todo o sentido do discurso que fizera pela manhã, no Porto (ver texto na página 4). Lembrou que só falta o último dos três pilares - financiamento, orientação estratégica e modelo de governo -, com a definição do quadro de competências do conselho independente para evitar manter a RTP sob suspeitas de governamentalização e interferência política do Governo.

A política já não manda

Arons de Carvalho, vice-presidente da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, considera “injusto dizer-se que a RTP está sob a influência do poder político”, mas admite que isso já aconteceu no passado. “De cada vez que mudava o Governo, mudava-se a administração e os directores em cadeia. Isso hoje já não é assim”. O antigo secretário de Estado da Comunicação Social defendeu que se deveria questionar também “onde está a independência dos operadores privados face ao poder económico” e até dos que “não respeitam as regras da concorrência, se situam em obscuros offshores e não revelam aos reguladores os seus proprietários”.



MIGUEL MANSO

Nuno Morais Sarmento e Alberto Arons de Carvalho alertaram que os operadores privados estão mais influenciados pelo poder económico do que a RTP pelo poder político

Atribuições do “órgão independente”



Opinião Estrela Serrano

O melhor da proposta de Contrato de Concessão são os considerandos, já que confrontam o Estado com os compromissos assumidos enquanto membro da União Europeia quanto ao serviço público. Do conteúdo do contrato destaco as atribuições cometidas ao novo “órgão independente”. Segundo o contrato, esse órgão “deverá garantir as orientações estratégicas correspondentes aos princípios e missões definidos no presente, bem como a monitorização e acompanhamento permanente do mesmo”.

Ora, para exercer essas atribuições os membros desse órgão não só necessitam de possuir conhecimentos aprofundados sobre o campo audiovisual como necessitarão de um *staff* de quadros técnicos especializados na monitorização e análise de conteúdos de rádio, televisão, incluindo conteúdos *online*. Trata-se, além do mais, da repetição de competências atribuídas à ERC, que, precisamente, se dotou de quadros com perfil adequado à monitorização do serviço público e dos *media* em geral. Acresce que, cabendo também a esse órgão nomear a administração da RTP, parece incompatível que o mesmo órgão vá depois apreciar o trabalho de uma empresa administrada pelas pessoas que nomeou. Outro ponto negativo é a referência a que “a empresa deve manter um mínimo de meios de produção interna”, o que, na sua abstracção, se presta ao desmantelamento da empresa e ao esvaziamento do próprio serviço público que lhe compete prestar.

Canal para a sociedade civil avaliado em 8,5 milhões

Maria Lopes

Ideias parecem não faltar, nem sequer orçamento. Um canal pensado e produzido pela sociedade civil custaria cerca de 8,5 milhões de euros. As contas são de um estudo do ISCTE coordenado por Eduardo Correia que será apresentado na próxima semana ao ministro Miguel Poiares Maduro e à administração da RTP. O documento aborda a necessidade de a sociedade civil ter maior influência junto do serviço público e até aponta para a possibilidade de ter um canal próprio.

Desde 2003 que a sociedade civil tem já uma presença acentuada – que tem vindo a reduzir-se – na RTP2, coordenada por um conselho de acompanhamento das 120 parcerias. Mas quer mais. “A sociedade civil tem que obrigatoriamente influenciar a programação dos canais públicos”, defendeu ao PÚBLICO Eduardo Correia. Idealmente, poderia mesmo ter o seu próprio canal, na esfera do universo RTP, tal como prevê o projecto do novo contrato de concessão.

“[A TV hoje] passa essencialmente violência e voyeurismo. Não estamos a contribuir para uma sociedade mais eclética, ambiciosa e conhecedora, porque não estamos a promover as boas práticas”, diz Eduardo Correia. Crítica a RTP por “não

se distinguir” da SIC e TVI. “Andam no mesmo carril e há uma grande incapacidade da RTP de se distanciar dos privados. Há poucos factores distintivos e era tempo de garantir que somos capazes de trazer, de forma criativa e atraente para a TV, os temas que são considerados chatos.”

O estudo do ISCTE aponta para a necessidade de a sociedade civil “se organizar numa qualquer plataforma” de modo a que as instituições possam “pensar, influenciar ou intervir no serviço público de *media*”. Porque, disse, as instituições “querem intervir de forma mais intensa na RTP”. Se isso se faz sob a forma de um canal em parceria com a RTP, cabe ao operador público decidir “em função dos recursos que tem e do enquadramento legal que tem”.

Alberto da Ponte realça que, se houvesse um canal da sociedade civil, “não faria sentido passá-lo no cabo”, mas devia antes ser emitido na TDT, gratuitamente. O problema, lembrou, é que a actual configuração técnica da TDT não permite albergar muitos mais canais.

Eduardo Correia defende que “há massa crítica do ponto de vista dos conteúdos e da sustentabilidade económico-financeira”. As receitas para os 8,5 milhões do canal viriam da taxa do audiovisual que a RTP recebe, mas também de entidades da sociedade civil, e parte da produção seria em parceria técnica com o operador público.

Por uma nova parceria com os cidadãos



Opinião Felisbela Lopes

Incorpora os princípios e assume os valores fundadores do Serviço Público de Media, mas este Contrato de Concessão de Serviço Público poderia ser mais ousado, comprometendo-se claramente com os encargos financeiros inerentes ao desenvolvimento da RTP, com a emissão em sinal aberto da RTP Informação, com a presença permanente da informação não-diária no horário nobre do canal generalista, com uma parceria efectiva com os cidadãos para que o operador público pudesse ser, de facto, a TV de todos os portugueses.

A RTP está num momento de viragem. Ou se torna um operador residual ou consegue reclamar o espaço que é seu no panorama audiovisual, assumindo-se como uma TV de referência norteada por critérios de qualidade. Num contexto de crise, de identidade e de legitimidade, o poder político tem aqui um papel importantíssimo. Não chega aprovar o novo Contrato de Concessão. É preciso dotar a empresa de estabilidade para que os seus profissionais possam trabalhar com motivação. É também necessário apostar em reabilitar uma marca que, nos últimos tempos, perdeu credibilidade. A RTP precisa de renascer.

Esta reabilitação passará sempre por uma renovada ligação aos cidadãos, promovendo conteúdos diferenciados, reflectindo nos *plateaux* informativos a variedade de públicos para os quais dirige o seu trabalho e abrindo permanentes canais de participação. É também por aqui que um SPM reencontrará pistas para se reinventar.



Canal da sociedade civil seria emitido gratuitamente na TDT

Uma preocupação partilhada pelo ex-ministro Nuno Morais Sarmento, que dá mais importância à “permeabilidade do interesse económico do que à politização” da RTP. Mentor da reestruturação de 2003, que implicou a redução da dívida e o financiamento fixo, Morais Sarmento foi muito crítico sobre o “limbo” em que o actual Governo manteve a RTP dois anos e defendeu a necessidade de um operador de serviço público com “alternativa clara” aos privados, um “gigantesco agregador e distribuidor de conteúdos multi-plataformas”.

Antes, o presidente do Conselho de Opinião tinha defendido um alargamento das competências deste órgão para poder avaliar o desempenho dos directores no final de cada mandato, o que provocou alguma discussão na audiência. “A trave mestra do serviço público é a independência. As pessoas que prestam serviço público têm que ser escrutinadas”, argumentou Manuel Coelho da Silva. “Se a sociedade civil é plural, se é ela quem paga o serviço público, porque razão não há de avaliar o desempenho dos directores?”, questionou. A RTP está sujeita ao escrutínio do provedor, da ERC, do Conselho de Opinião, da Assembleia da República e estará também do futuro conselho geral independente.

SERVIÇO PÚBLICO

Alargamento da TDT é um objectivo estratégico para o Governo

No dia do serviço público de rádio e televisão, ministro Poiares Maduro falou para uma plateia de estudantes de arte da Universidade Católica do Porto

Margarida Gomes

O ministro adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, declarou ontem que o alargamento da televisão digital terrestre (TDT) é um “objectivo estratégico que deve ser cumprido”, porque, disse, “não é aceitável que Portugal tenha uma oferta em sinal aberto tão limitada quando comparado com outros Estados”.

“Para mim, é um objectivo estratégico que deve ser cumprido com um papel para a televisão pública, mas também com um papel para os operadores privados”, afirmou o ministro no Porto.

No dia do serviço público de rádio e televisão, Poiares Maduro, que tem a tutela da comunicação social, explicou a uma plateia de estudantes de arte da Universidade Católica do Porto a visão do Governo para o futuro dos audiovisuais em Portugal, que está a atravessar “uma fase de transição”. Em declarações aos jornalistas, no final de uma aula aberta na Católica, Maduro revelou que tem “conversado com os diferentes operadores televisivos no sentido de ser possível aumentar essa oferta, sem perturbar em excesso o mercado e a sustentabilidade económica dos operadores existentes”.

Sem se querer comprometer com datas relativamente a mudanças no panorama audiovisual, destacou que a “existência de uma maior oferta em TDT também tem vantagens para os telespectadores que vêem cabo”, e, nesse sentido, apontou que “30% da população portuguesa não tem outro serviço que não aquele que é prestado em sinal aberto”.

Na sua intervenção no auditório da universidade, o ministro partilhou que um dos pontos que têm “gerado mais discussão na proposta de con-



Poiares Maduro é o ministro com a tutela da comunicação social

trato de concessão” é a existência de mais canais de serviço público, e disse: “Muito provavelmente com a multiplicação de plataformas, de meios de distribuição, essa questão vai ser uma falsa questão dentro de relativamente poucos anos.”

Depois de explicar as linhas mestras do novo contrato de serviço público de rádio e televisão, Maduro especificou que são necessárias “orientações estratégicas muito claras” e “uma cultura institucional dentro da empresa que seja susceptível de seguir essas orientações para se cumprir o serviço público”. E prosseguiu: “Não se cumpre um serviço público de televisão criando uma espécie de lista de compras com diferentes itens que diz que o serviço público tem de cumprir meia hora

disto, uma hora daquilo, 45 minutos de outra coisa. Não é assim que se constrói um serviço público de televisão, é dando orientações estratégicas muito claras.”

Respondendo a uma aluna que considerou “interessante” que a RTP tivesse um “site que fosse um misto de *crowdfunding* [financiamento colectivo] em que a televisão pública pudesse ir buscar ideias para transmitir programas”, o ministro adjunto com a tutela da comunicação social adiantou que vai propor à administração da RTP a criação de uma página na Internet para partilha de projectos, financiados de forma colectiva.

“Uma das coisas que o serviço público de rádio e televisão pode fazer é isso, facilitar o contacto entre os

criadores e a empresa. Sem dúvida que deve criar mecanismos transparentes para esse fim”, defendeu. Ainda sobre esta questão, e segundo a Lusa, o governante prometeu abordar o tema com a administração da televisão pública com vista à criação de mecanismos de contacto entre a empresa e os autores, para que estes se pronunciem sobre qual é a sua ideia, que expliquem o seu projecto e, “eventualmente, fazerem uma produção com a RTP”.

Numa entrevista à Antena 1, Poiares Maduro revelou ontem que os novos estatutos da RTP que criam um Conselho Geral Independente vão ser divulgados “nas próximas semanas, talvez ainda antes da apresentação da versão final do contrato de concessão”.

Mudar alguma coisa para que tudo fique pior



Opinião

José Manuel Fernandes

O “serviço público de televisão”, tal como é entendido em Portugal, está a morrer. Porque a RTP está a morrer. Basta olhar para as audiências.

Basta perceber a irrelevância: a RTP conta cada vez menos para a formação da opinião ou para a afirmação de uma tendência cultural.

O novo contrato de concessão ignora esta realidade e, por isso, apenas consagra mais do mesmo. A empresa custa hoje menos aos contribuintes do que custava há dois ou três anos, mas continua a custar demasiado e a insistir num modelo ultrapassado de intervenção no mercado audiovisual. Numa altura em que a RTP se devia focar no essencial e ter sobretudo uma intervenção supletiva, aposta-se na multiplicação de canais e estruturas.

Não é necessário gastar dinheiro dos contribuintes para ter telejornais parecidos com os das privadas. Para ter telenovelas de menor qualidade. Para multiplicar *talk-shows*. Ou para transmitir um jogo de selecção. Porém, é neste tipo de programação que o serviço público consome o essencial dos seus recursos. Haveria muito a ganhar se esse dinheiro fosse para apoiar conteúdos inovadores e de valia cultural ou informativa, que não teriam sequer de ser transmitidos pela RTP, muito menos produzidos pela RTP. Isso daria vida ao tecido de produtores independentes, criativos, mas seria fatal para os chefes, subchefes e intendentes da RTP. Em vez disso, o contrato de concessão reforça o carácter mastodóntico da RTP. Tão-só isso.

ZON Multimédia foi o grupo que mais cresceu entre 2007 e 2012

Margarida Gomes

Um estudo sobre a caracterização dos principais grupos económicos de comunicação social e sua evolução no período 2007-2012, divulgado ontem, revela que a ZON Multimédia foi o “único grupo” que, naquele período, “registra um crescimento expressivo, simultaneamente em termos de activo, volume de negócios e número médio de pessoal”.

Já “quanto a indicadores de rentabilidade, o estudo destaca a ZON Multimédia e dois outros grupos: a Media Capital e a Sonaecom, que “mantiveram sempre taxas de rentabilidade positivas”.

Da responsabilidade do Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada da Faculdade de Economia da Universidade Católica do Porto, o estudo dá conta das várias alterações que ocorreram entre 2007 e 2012 nos principais grupos de comunicação social em Portugal.

Os grupos “passaram por processos de reestruturação, geralmente em resposta a quebras significativas de receitas de publicidade e a diminuições das receitas operacionais associadas a determinados segmentos de negócio (como o cinema) e a reduções de tiragens”.

Os três grupos que se destacam no estudo “são significativamente diferentes entre si. Enquanto a Media Capital actua essencialmente na área dos *media*, com enfoque no segmento audiovisual, a ZON Multimédia e a Sonaecom são grupos centrados no negócio das telecomunicações, revestindo os meios detidos por este último grupo (jornal PÚBLICO e Rádio Nova) um carácter residual”.

“Esta diferenciação é evidente, designadamente ao nível das aplicações de recursos em cada uma das áreas de negócio”, salienta ainda a Universidade Católica, evidenciando que, naquele período, “os grupos Sonaecom e ZON Multimédia realizaram nos segmentos telecomunicações e *triple-pay*, respectivamente, investimentos médios anuais em activos fixos tangíveis que representam mais de 70% do total dos activos afectos pelo grupo Media Capital em 2012 ao segmento televisão e ultrapassaram em mais de 35% o total dos activos dedicados a esta actividade neste ano, pelo grupo Impresa”.

Já depois do período que foi abrangido pelo estudo da Faculdade de Economia da Universidade Católica do Porto, a ZON e a Optimus (empresa do grupo da Sonaecom) concretizaram uma operação de fusão.

ENRIC VIVES-RUBIO



Universidade Católica destaca crescimento “expressivo” da ZON